

### **O Trabalho das Nações**

Robert B. Reich, Quetzal Editores, Lisboa, 1993, 460 pp.

Robert Reich era até recentemente professor de Administração Pública na John F. Kennedy School of Government da Universidade de Harvard. Hoje é *Labor Secretary* no governo Clinton. O seu percurso até participar nas lides governativas é razoavelmente controverso, acusado por economistas de popularizar uma versão adulterada da ciência económica e por outros de ter uma visão demasiado materialista da política. Reich, no entanto, insistiu na sua abordagem pessoal das questões de economia política e tornou-se um bem sucedido autor de obras como *The Next American Frontier* e *The Power of Public Ideas*. O livro que foi recentemente publicado em português, *The Work of Nations*, é o que até agora alcançou maior notoriedade e, quem sabe, talvez tenha aberto ao autor a possibilidade de confrontar as suas ideias com o teste da prática governativa. Só por isso, como manifesto bem sucedido das convicções do autor, mereceria a nossa atenção. Mas esclareça-se desde já: este não é um livro de economia mas tão-só um livro sobre economia. As ideias nele expressas constituem uma visão mais ou menos pessoal das questões económicas fundamentais que se colocam hoje às nações. A grande vantagem de obras como esta é a possibilidade de encontrar, juntamente com ideias algo excêntricas e até pouco lúcidas, abordagens originais de velhas questões de economia política. O contexto histórico sobre o qual o autor se debruça é os Estados Unidos das últimas décadas. Segundo Reich, os Estados Unidos cresceram como potência a partir da II Guerra Mundial à sombra de um consenso social construído em torno de dois elementos: a produção em massa pelos grandes conglomerados industriais de bens de consumo para o mercado interno e a união no confronto com a URSS, promotor de um sistema político-económico radicalmente oposto ao modo de vida americano. Os dois elementos desse consenso desapareceram progressivamente a partir da década de 80. A função de Reich é o diagnóstico dessa transformação e a procura de uma nova orientação para a sociedade e a economia americanas. Mas o cerne das ideias desta obra é tão ou mais relevante para uma Europa a que é unanimemente atribuída uma variante da doença de reconversão tecnológica bastante mais aguda que a do continente americano.

### **Sociedades que já não são economias**

O pano de fundo de *O Trabalho das Nações* é um mundo em que as economias nacionais estão cada vez mais integradas numa economia que se pode chamar mundial. Os movimentos de bens, capitais e pessoas através de fronteiras políticas processam-se cada vez com maior liberdade. As transacções económicas são progressivamente mais internacionais em lugar de intranacionais e este novo estado de coisas

afecta profundamente as sociedades e, espera-se, as escolhas de política económica. A primeira vítima do elevado grau de integração económica internacional é o mito de que a cada nação corresponde uma população homogénea com um interesse claramente definido. Os habitantes de cada nação dividem-se entre os que beneficiam da integração na economia mundial e os que estão limitados ao mercado nacional. O que nos faz adivinhar sociedades futuras mais segmentadas, espelhando interesses económicos diversos: o Pluribus sem Unum, como lhe chama Reich. A questão que se coloca é saber o «que devemos uns aos outros como membros da mesma sociedade que já não habitam a mesma economia» (Reich, 1993, p. 426). Reich divide os cidadãos, simplisticamente, em três grupos enquanto produtores: mão-de-obra não especializada, fornecedores de serviços pessoais e analistas simbólicos. Este último é o grupo verdadeiramente dinâmico da sociedade, constituído por aqueles que se dedicam a actividades de identificação e resolução de problemas e à intermediação estratégica. Em suma, aqueles cujas capacidades a economia internacional valoriza e constituem a vantagem comparativa das nações industrializadas. A solidariedade de interesses e a proximidade de valores e de estilos de vida une esta elite às de outros países ao mesmo tempo que a afasta dos seus concidadãos.

O perigo é que os analistas simbólicos constituam cada vez mais uma nação à parte. Enfim, que se dê uma secessão dos mais ricos. O conceito de comunidade pode tomar-se dependente de um critério de rendimento em lugar do critério, imperfeito mas certamente mais abrangente, da cidadania. Não é o risco de uma quebra do investimento público que está em causa mas o da completa adulteração da noção de público. O autor dá-nos um exemplo expressivo: em 1990 cerca de 2,6% da população activa dos EUA estava empregada como segurança particular, número que excede largamente a percentagem empregue como polícia de rua (Reich, 1993, p. 378).

### **Cidadãos em lugar de empresas**

A primeira dificuldade desta desagregação social é o acordo num conceito de «nós-nação». Reich propõe identificar nação com o factor económico relativamente mais imóvel: a força de trabalho. E não é pouco. O que o autor está a propor é que os governos, americano ou outros, abandonem decididamente a intervenção na economia através de empresas ditas «nacionais» que investem, contratam e até pagam impostos onde obtêm o melhor retorno, independentemente da localização. Não que a substituição da economia nacional pela mundial como palco de operações seja a qualquer título nefasta. Tão-só que a natureza cosmopolita das grandes empresas internacionais não faz delas os destinatários ideais da política económica nacional. Os tempos em que

um executivo da General Motors podia afirmar que «o que é bom para o nosso país é bom para a General Motors e vice-versa» estão ultrapassados.

Em seu lugar urge investir directamente nos cidadãos: «à medida que as empresas de todas as nações se transformam em teias globais, a questão importante — do ponto de vista da riqueza nacional não é a nacionalidade dos cidadãos seus proprietários (...) mas a nacionalidade dos cidadãos que aprendem a fazer coisas e aquilo que eles aprendem a fazer» (Reich, 1993, p. 197). Por outras palavras, é bem mais importante para as nações fomentarem nos seus cidadãos a capacidade de criação e adaptação necessárias à concepção e fabrico, por exemplo, de um automóvel do que ao seu fabrico propriamente dito. O que as economias industrializadas podem vender no mercado mundial são conceitos e capacidades e não escala de produção. E se as empresas ganham dimensão, só os indivíduos é que podem adquirir capacidade de criação. Este é talvez o ponto mais interessante da tese de Reich: os interesses económicos nacionais continuam a existir, o que é novo é a irrelevância da nacionalidade das empresas para alcançar esses objectivos.

### **O fim das políticas nacionais?**

Economias onde a «nacionalidade» das empresas é cada vez mais difusa e onde os cidadãos vendem os seus serviços ao mercado mundial são economias onde é difícil pensar políticas económicas coerentes. Um liberal congratular-se-ia com este desincentivo ao activismo governamental. Mas Reich não é um liberal. Por isso, no centro desta obra está a questão da procura da melhor forma de os governos nacionais promoverem o bem-estar dos seus cidadãos numa economia mundial integrada. Numa altura em que consultores internacionais fornecem os seus palpites sobre a competitividade das nações a governantes ávidos de pistas há razões para crer que esta preocupação é importante.

Do mercantilismo fetichista ao protecționismo de vistas curtas, a visão das trocas com o exterior como jogo de soma nula esteve na base das intervenções estatais mais disparatadas em matéria de comércio externo. Enquanto for possível, sob que forma for, dividir o mundo em nós e *eles*, a tentação de todos os governantes será sempre de obter vantagens para nós à custa deles. Reich também cai nessa falácia e chega a propor uma forma sofisticada, e por isso mais perigosa, de protecționismo. O pecado de Reich, como o de muitos analistas políticos, é não compreender que as transacções e a liberdade de comércio são para as economias o que a opinião e a liberdade de expressão são para a política: o cerne do respectivo sistema de valores. Podem existir justificadas excepções ao princípio do comércio livre mas legitimá-las resulta quase sempre na abertura da caixa de Pandora dos interesses especiais. Em particular é sabido que a maior fluidez das trocas entre

nações não beneficia igualmente todos os cidadãos, podendo mesmo prejudicar alguns. Mas através de instrumentos que não a distorção de políticas comerciais é possível compensar esses alguns utilizando para isso a riqueza aumentada de todos.

Mais lúcida é a defesa por Reich da progressividade da tributação dos rendimentos, tão subutilizada nos Estados Unidos, como forma de financiar sistemas públicos de saúde e educação. Esta é a única forma de manter abertas as portas da ascensão social a jovens talentosos mas pobres. Segundo o autor, o que distingue as sociedades mais avançadas economicamente como a Alemanha, o Japão e a Coreia do Sul é precisamente a grande mobilidade social a par de uma rede de segurança social que apoia os menos afortunados. A importância do investimento em infra-estruturas públicas é também sublinhada. A ideia de Reich é que este tipo de investimento, tal como o investimento na *qualidade* dos cidadãos, é uma aposta em factores que, porque relativamente imóveis, são exclusivos de cada nação e podem determinar o seu sucesso económico.

No seu conjunto, *O Trabalho das Nações* constitui um manifesto a favor de um novo activismo governamental, capaz de se libertar de visões ultrapassadas da economia, e dirigido preferencialmente aos cidadãos e às suas capacidades. O carácter fragmentário da argumentação, excessivamente baseada em episódios que emprestam colorido em lugar de consistência, é a maior fraqueza de estilo a apontar. Por outro lado, mesmo que Reich não o refira, a tese do livro está longe de ser universal: o seu campo de aplicação potencial é o mundo industrializado. Aos países em desenvolvimento, aqueles cujos cidadãos emigram em busca de trabalho no Ocidente e onde as empresas internacionais se localizam à procura de mão-de-obra barata, a abordagem de Reich não diz nada. Estes países constituem o reverso da medalha, para quem a mobilidade internacional de pessoas e de capitais é por enquanto não parte do problema mas parte da solução.